

ECONOMIA

CONJUNTURA

Apesar da recuperação iniciada no ano passado, pirataria e sonegação ainda fazem do Brasil a nona maior economia não-declarada do mundo

Informais movimentam 40% da renda nacional

Ronaldo de Oliveira/CB/7.7.04



VENDEDORES AMBULANTES: FALSIFICAÇÃO DE PRODUTOS MOVIMENTA CERCA DE R\$ 56 BILHÕES POR ANO NO BRASIL

Retomada da economia brasileira não alterou a informalidade estruturada no país, que hoje atinge entre 35% e 40% da renda nacional, como estimam o Banco Mundial (Bird) e o governo federal. Emprego, arrecadação de impostos e contribuição à Previdência subiram em 2004 — sinal de que a informalidade perdeu força no mercado de trabalho. Mas o contrabando, a pirataria e a sonegação fiscal, que também compõem a economia informal, não param de crescer, segundo empresários e especialistas. Eles consideram que essa é uma tendência mundial, até para enfrentar a forte concorrência com a China.

“Quando a economia cresce, melhora o mercado de trabalho formal, como vimos no ano passado, com o aumento da contratação com carteira assinada. Mas a informalidade é uma tendência mundial que faz parte da lógica de produção. Além do mais, a concorrência com a China não é nada fácil”, diz Gilberto Dupas, coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo (USP).

Pesquisa do Banco Mundial com 133 países mostra o Brasil no 9º lugar do ranking da informalidade — a economia não-declarada no país representa 39,8% da renda nacional bruta. Está acima da média dos países pesquisados, que é de 32,5%. O fenômeno se manifesta de várias formas em diferentes setores, segundo estudo da McKinsey & Company: contratação irregular de trabalhadores, compra e venda de produtos sem nota, falsificação de mercadorias, violação de direitos autorais, adulteração de produtos e sonegação fiscal.

A indústria têxtil brasileira é uma das mais atingidas pela informalidade. O setor fatura cerca de US\$ 13 bilhões por ano. Outros US\$ 5,2 bilhões são movimentados

anualmente na economia paralela, segundo a Abravest, associação que reúne as confecções. As fábricas de roupas chegaram a faturar US\$ 20 bilhões nos anos 80. “A informalidade tomou conta do setor”, afirma Roberto Chadad, presidente da associação.

Na indústria de brinquedos, a perda com contrabando e pirataria chega a R\$ 100 milhões por ano, o equivalente a 10% do faturamento do setor. Na de instrumentos musicais, o percentual é de 18% da receita anual. Cerca de 58% das vendas de óculos estão nas mãos dos contrabandistas. Isso equivale à perda de R\$ 350 milhões por ano — metade do faturamento do setor. De cada dez eletrônicos portáteis, como rádio-relógios e gravadores, quatro são vendidos sem nota. No mercado de CDs, as cópias piratas

equivalem a 50% das vendas — em 1997 não ultrapassava 5%, segundo fabricantes.

Mercado cinza

A Business Software Alliance (BSA) e a Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) informam que o índice de pirataria de software no país é de 61%. Isso leva à perdas de R\$ 519 milhões por ano. O índice médio de pirataria no mundo é de 36%, gerando um prejuízo ao setor de US\$ 29 bilhões por ano.

O “mercado cinza” de computadores deu um salto nos últimos cinco anos no país. Em 1999, os PCs piratas representavam cerca de 59% das vendas. Em 2003, 70%. As estimativas para o fim de 2004 se aproximavam de 74%, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee).

Nos cálculos da Organização Mundial das Aduanas, a pirataria representa 9% do comércio mundial e movimenta R\$ 1,25 trilhão por ano. No Brasil, R\$ 56 bilhões por ano. A arrecadação perde cerca de R\$ 84 bilhões anuais e 2 milhões de empregos são ceifados.

Para empresários e especialistas, a informalidade é reflexo da elevada carga tributária — chega a 40% para alguns produtos —, da alta burocracia, da complexidade de leis, da lentidão da Justiça e da fiscalização pouco eficiente. “Chegamos a um ponto em que a informalidade faz parte da cultura do brasileiro. O crime compensa, já que o lucro é grande”, diz Emerson Kapaz, presidente-executivo do Instituto Etco, organização não-governamental para defesa da ética nas empresas.



por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Os sem-empresaria

Provável redução do superávit da balança comercial este ano, decorrente mais da recuperação da absorção da economia interna que do menor crescimento do comércio mundial e da valorização cambial, está estampada, nas análises privadas e oficiais, com a mansidão das coisas fatais. Trata-se de grave erro de formulação porque este é o melhor momento para o empresário soltar da jaula o seu espírito animal e pôr o investimento produtivo para rodar.

A normalização da economia virá do crescimento mais balanceado entre a dinâmica do setor externo e o consumo doméstico e o nível de investimento, o que é saudável. Mas somente se for interpretado como indicativo de oportunidades de ouro para aumentar a produção nacional e não como manifestação de conformismo de que, ao Brasil, só restaria o *trade off* entre consumir ou exportar, sendo esta a exceção — uma necessidade apenas em situação de crise cambial e só possível à custa de cortes do poder aquisitivo e desemprego.

Como está, será isso mesmo, sem tirar nem por, mas à custa de se jogar no lixo quase cinco anos de ajuste de uma economia movida a crédito externo para a atual, em que os superávits comerciais e o saldo líquido dos fluxos de capitais pagam inteiramente as contas internacionais do país e ainda deixam um gordo troco para reforçar as reservas nacionais de divisas. Tal ajuste teve o tamanho de 6% do PIB — mais de R\$ 100 bilhões —, sob a forma de transferência de parte da absorção doméstica para formar o “excedente” exportável, o que implicou a perda de milhares de empregos e a adaptação dos processos produtivos e gerenciais de centenas de empresas.

Se se fez isso apenas para o país escapar da insolvência externa, da qual a Argentina não conseguiu se livrar, tirou-se da sociedade mais do que ela poderia pagar pelo que talvez não merecesse tanto sacrifício. Mas tal asunção é falsa, já que não se ouviu nem se encontra escrito em nenhum documento qualquer mudança da ênfase no modelo exportador para eliminar a vulnerabilidade externa do país.

Modelo coroado

A esperada nova onda de investimentos privados e públicos, estes voltados para a recuperação da infra-estrutura de portos, estradas e energia, sem a qual o esforço exportador encontrará obstáculos físicos para crescer, deveria estar centrada no atendimento destas duas demandas, a interna e a externa, coroando a conversão para o modelo de uma economia aberta dirigida pelas exportações. Isto é: demanda interna em alta sem queda das exportações. Não há maiores entraves nesta direção, aparentemente, mas o empresariado continua a relutar em alocar seu próprio capital em grandes investimentos.

Condições propícias

As parcerias entre o estado e empresas privadas estão aprovadas. O caixa do BNDES está líquido e piscando para os interessados. A economia interna voltou a crescer. É zero o risco de uma explosão inflacionária, dada a mais que ortodoxa orientação do BC. O dólar vem de uma fase apreciada, mas não deverá ficar tão barato a ponto de deprimir as exportações. A relação câmbio-salário continua bem convidativa para o negócio exportador. As empresas nunca estiveram tão rentáveis, líquidas e pouco endividadas como nos últimos dois anos, além de praticamente imunes aos juros de morte vigentes na faixa livre do mercado de crédito. Desde a década de 70 a economia não se depara com condições tão propícias para crescer.

Falta entusiasmo

O que o governo deveria inquirir-se é sobre os motivos dos riscos reais ou imaginários vislumbrados pelo capital para decidir sair da toca e aproveitar o vento a favor. É inquietante, por exemplo — triste, diria —, que empreendedores do porte de Sérgio Haberdorf, da Dixie Toga, velho guerreiro do capital nacional, prefiram jogar a toalha, como fez nesta semana com seu irmão: fechou a venda de suas fábricas à americana Bemis por US\$ 250 milhões. E isto sem ter nenhum outro investimento em vista para aplicar a dinheirama.

Como eles, muitos estão como nossos craques da bola: só têm olhos para as seduções que vêm de fora. Com a diferença de que continuam morando no Brasil, sem empresas e sem tesão de começar tudo outra vez. Eis um fenômeno pouco estudado, que merece maior atenção.

Os sem-empresaria estão se tornando comuns. Num dos restaurantes da rede Fasano em São Paulo, uma mesa redonda das grandes reúne uma a duas vezes por semana alguns deles: um grupo que monta bilhões de reais, mas são sem-empresaria, sem-banco e sem-projeto. Jogam conversa fora, bebem bons vinhos e deixam o tempo passar. É um desperdício de talentos, para não dizer do capital, certamente boa parte estacionada nos juros da dívida pública.

O provável é que haja toda uma geração de empresários próximos da aposentadoria, cansados de três décadas de crises sucessivas e com herdeiros sem pique para as emoções de uma economia atordoante ou, o que é mais comum, treinados para fazer milhões na jogatina dos mercados financeiros, o sonho de boa parte da moçada bem-criada. O problema é que um país sem empreendedores com garra e dispostos a encarar tempos bons e ruins, cair e levantar quantas vezes for, é um país sem futuro, sem mobilidade social e com o desenvolvimento travado. Esse é um problema que transcende o poder do governo.

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA
SEMPRE ATUALIZADA

FACULDADES
OBJETIVO
CESUBRA / IBTC

Transforme seu potencial em sucesso profissional

PROCESSO SELETIVO UNIFICADO

CURSOS SUPERIORES TRADICIONAIS

- Administração
- Arquitetura e Urbanismo
- Ciência da Computação
- Ciências Biológicas (NOVO CURSO)
- Ciências Econômicas
- Direito
- Educação Física
- Enfermagem
- Engenharia Civil
- Engenharia de Computação
- Engenharia Elétrica (Eletrônica/Telecomunicações)
- Engenharia Mecatrônica (Controle e Automação)
- Farmácia e Bioquímica
- Fisioterapia
- Fonoaudiologia
- Letras (Licenciatura)
- Matemática (Licenciatura)
- Nutrição
- Odontologia
- Pedagogia
- Propaganda e Marketing
- Psicologia
- Publicidade e Propaganda
- Relações Internacionais (NOVO CURSO)
- Secretariado Executivo Bilingüe
- Sistemas de Informação
- Tecnologia em Sistemas de Informação
- Turismo

CURSOS SUPERIORES DE MENOR DURAÇÃO

- Comércio Exterior (Comércio)
- Comunicação e Ilustração Digital (Comunicação)
- Comunicação Empresarial (Comunicação)
- Comunicação para Web (Comunicação)
- Eventos (Turismo e Hospitalidade)
- Gestão de Empreendimentos Esportivos (Gestão)
- Gestão de Marketing (Gestão)
- Gestão de Recursos Humanos (Gestão)
- Gestão de Sistemas de Informação (Gestão)
- Gestão Empreendedora (Gestão)
- Gestão Hospitalar (Gestão)
- Gestão Mercadológica (Gestão)
- Multimídia (Comunicação)
- Produção Gráfica Digital (Design)
- Redes de Computadores (Informática)
- Turismo Receptivo (Turismo e Hospitalidade)

Prova tradicional ou por agendamento
Inscrições abertas

Agora, todos os cursos com descontos especiais.

Brasília

SGAS - Quadra 913, s/nº - Conjunto B - Asa Sul
Tels.: (61) 345 9188 / 345 9144 - www.unip.br